

CINCO DEBATES SOBRE POLÍTICAS MACROECONÔMICAS

Roberto Guena de Oliveira

25 de outubro de 2016

USP

MODELO DE LONGO PRAZO × MODELO DE CURTO PRAZO

Modelo de longo prazo

- Os preços relativos são determinados de modo a igualar oferta e demanda em cada mercado.
- Os preços nominais são flexíveis e se ajustam de modo a igualar as quantidades ofertada e demandada de moeda.

Modelo de curto prazo

O preços nominais são fixos em algum nível (baseado em expectativas previamente formadas) e, no curto prazo, reagem relativamente pouco a mudanças nas condições econômicas.

Modelo de longo prazo

A taxa de juros real é aquela que iguala as quantidades ofertada e demandada de fundos para investimento.

Modelo de curto prazo

A taxa de juros é aquela que iguala quantidades demandada e ofertada de moeda.

Modelo de longo prazo

A oferta agregada é vertical. O produto é determinado pelas ofertas de trabalho, capital, recursos naturais, pela tecnologia e pelas condições institucionais. O nível de preços não afeta a quantidade produzida.

Modelo de curto prazo

A oferta agregada é positivamente inclinada. Uma vez que alguns preços são rígidos, uma elevação no nível geral de preços induz uma maior produção de bens e serviços.

Modelo de longo prazo

A política monetária é neutra. Ela afeta o nível geral de preços, mas não afeta qualquer variável real. Uma expansão monetária leva a uma elevação no nível geral de preços e uma contração monetária leva a uma redução no nível geral de preços.

Modelo de curto prazo

Uma expansão monetária leva a um aumento no produto e uma elevação no nível geral de preços. Uma contração monetária leva a uma redução no produto e uma redução no nível geral de preços.

Modelo de longo prazo

Aumentos de déficits públicos, provocados por aumento de gastos ou redução de impostos, não tem efeito sobre o produto de equilíbrio, mas, por provocarem redução nos investimentos, comprometem a taxa de crescimento da economia.

Modelo de curto prazo

Aumentos de déficits públicos, deslocam a demanda agregada para a direita e para cima, levando a um PIB de equilíbrio mais elevado. Há que se notar que, em virtude do efeito deslocamento, os investimentos caem e, com isso, o crescimento da economia pode ser comprometido.

Modelo de longo prazo

Não há relação entre as taxas de desemprego e de inflação. A taxa de desemprego é a taxa de desemprego natural. A taxa de inflação é determinada pela velocidade de expansão da oferta monetária relativamente ao crescimento do produto.

Modelo de curto prazo

Há um trade-off entre desemprego e inflação. Taxas de desemprego mais baixas podem ser obtidas às custas de taxas de inflação mais elevadas.

As expectativas são o elo entre os dois modelos.

No modelo de curto prazo, as expectativas, em especial, a expectativa de inflação, são dadas e determinam a formação de preços (alguns deles) ano a ano.

No modelo de longo prazo, as expectativas se ajustam à realidade — a inflação prevista é igual à realizada e os preços contratados são preços de equilíbrio.

CINCO DEBATES ATUAIS

Arguentos a favor

- A economia é inerentemente instável e, deixada por si, irá oscilar.
- Não há porque impor às sociedades os sofrimentos causados por tais oscilações.
- A política econômica pode manejar a demanda agregada de modo a anular essas oscilações.

A POLÍTICA ECONÔMICA DEVE TENTAR ESTABILIZAR A ECONOMIA?

Contra

- A política monetária afeta a economia após defasagens longas e imprevisíveis entre o momento em que a política se faz necessária e seu efeito.
- Segundo vários estudos essa defasagem é de seis meses.
- A política fiscal também opera com defasagem em virtude dos processos políticos envolvidos em decisões relativas a gastos públicos e a cobrança de impostos.
- Como resultado, o remédio pode chegar depois da cura do paciente e, ao invés de atenuar, acentuar os ciclos econômicos.

A POLÍTICA MONETÁRIA DEVE SE GUIAR POR REGRAS OU DISCRICIONARIAMENTE?

Defesa das regras

- Políticas monetárias discricionárias estão sujeitas a incompetência e ao abuso de poder dos fazedores de política.
- O interesse político pode induzir políticas monetárias não desejáveis.
- Uma política discricionária é menos crível, há inconsistência intertemporal nessa política — quem garante que o presidente do BC vai cumprir o que prometeu?
- Uma regra de crescimento anual moderado da oferta de moeda limita a incompetência, o abuso de poder e a inconsistência intertemporal.

A POLÍTICA MONETÁRIA DEVE SE GUIAR POR REGRAS OU DISCRICIONARIAMENTE?

Defesa da discricionaridade

- Regras são muito rígidas, o que dificulta a capacidade da política monetária de reagir a mudanças constantes na economia.
- As alegações da relação de discricionariedade e abuso de poder são altamente hipotéticas.
- O mesmo se passa com respeito à alegação de que o ciclo político pode afetar a política monetária.
- A relação entre a política monetária e o ciclo eleitoral pode ser mitigada caso se garanta a independência do Banco Central.

A favor

- A inflação não traz benefícios à sociedade, mas impõe diversos custos tais como custos de sola de sapatos, custos de menu, maior variabilidade nos preços relativos, efeitos fiscais não planejados, redistribuição arbitrária de riqueza, confusão e inconveniência.
- A redução da inflação tem custo temporário e benefício permanente.

Contra

- Os custos da obtenção de uma inflação zero seriam muito elevados, mesmo que temporários.
- Os custos de uma inflação moderada são baixos e podem ser atenuados por outras políticas, tais como a permissão de títulos e preços indexados à inflação.
- Uma pequena taxa de inflação pode ajudar a ajustar os preços relativos de itens cujos preços nominais têm maior resistência à queda.

O ORÇAMENTO PÚBLICO DEVERIA SER EQUILÍBRADO?

A favor

- Déficits públicos impõem custos sobre as gerações futuras que terão que pagar com menos gastos públicos, mais impostos ou uma combinação de ambos.
- Ao reduzir a poupança nacional, o déficit público desestimula o investimento, o que leva a um menor acúmulo de capital e, conseqüentemente, a um menor crescimento do produto.

O ORÇAMENTO PÚBLICO DEVERIA SER EQUILÍBRADO?

Contra

- O déficit público pode ser justificado por gastos governamentais que trarão benefício para as gerações futuras, tais como gastos em educação.
- O crescimento da população e as constantes inovações tecnológicas fazem com que o custo do pagamento de juros sobre a dívida pública impostos às gerações futuras sejam relativamente baixos.

A LEGISLAÇÃO DEVERIA SER ALTERADA PARA AUMENTAR A POUPANÇA?

A favor

- A taxa de poupança de um país é um determinante chave de sua prosperidade econômica.
- A legislação brasileira desestimula a poupança de diversas maneiras, ao impor tributos elevados sobre os rendimentos de capital e desvincular os proventos das aposentadorias das pessoas de suas contribuições ao longo da vida.
- Melhor do que um imposto sobre a renda é um imposto sobre o consumo que isenta toda a forma de poupança de tributos.

A LEGISLAÇÃO DEVERIA SER ALTERADA PARA AUMENTAR A POUPANÇA?

Contra

- A isenção de impostos sobre os rendimentos de capital beneficiam os ricos.
- Impostos sobre o consumo prejudicam os mais pobres que gastam uma parte maior de sua renda com consumo.